

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**VANILVA LOPES DA COSTA LIMA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUA**  
**APLICABILIDADE**

**CACOAL (RO)**  
**2018**

**Vanilva Lopes da Costa Lima**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUA  
APLICABILIDADE**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Rondônia *Campus* Professor Francisco  
Gonçalves Quiles, como parte dos  
requisitos, para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Ma. Simone Maria  
Gonçalves de Oliveira Ulian.

**Cacoal (RO)  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

L732r Lima, Vanilva Lopes da Costa.

Responsabilidade civil do profissional contábil e sua aplicabilidade / Vanilva Lopes da Costa Lima. -- Cacoal, RO, 2018.

34 f. : il.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) -  
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Profissional contábil. 2.Responsabilidade civil. 3.Dano. 4.Código civil. I.  
Ulian, Simone Maria Gonçalves de Oliveira. II. Título.

CDU 657:347.412

---

Bibliotecário(a) Naiara Raíssa da Silva Passos

CRB 11/Nº891

**VANILVA LOPES DA COSTA LIMA**

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUA  
APLICABILIDADE**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Rondônia *Campus* Prof. Francisco  
Gonçalves Quiles, Departamento de  
Ciências Contábeis, como parte das  
exigências para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.**

APROVADA em ..... de ..... de .....

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian – Orientadora  
(UNIR – Cacoal)

---

Prof. Esp. Sidney dos Reis - Membro  
(UNIR – Cacoal)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato - Membro  
(UNIR – Cacoal)

Em primeiro lugar agradeço à Deus, por cada conquista e por estar comigo em todos os momentos.

Aos meus pais in memoriam.

Ao meu esposo pela paciência e companheirismo nesta fase de minha vida.

À minha orientadora Professora Simone Maria G. O. Ulian que me ajudou de forma maestral com seu conhecimento e sabedoria no decorrer deste estudo.

Ao Professor Sidney dos Reis que durante o projeto auxiliou-me com seu conhecimento de forma espontânea, apoiando-me e incentivando-me.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica.

*“A lei deve ser breve para que os indoutos  
possam compreendê-la facilmente.”*

(Sêneca)

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUA APLICABILIDADE

Vanilva Lopes da Costa Lima <sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem por objetivo geral analisar a aplicação do instituto da responsabilidade civil do profissional contábil no exercício de sua profissão de acordo com o Código Civil, que estabelece em seu Art. 927: “aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Sendo assim serão abordados os conceitos, as espécies e os elementos da responsabilidade civil, tendo o enfoque principal a responsabilização em âmbito civil do profissional contábil. Realizou-se este estudo por meio da pesquisa exploratória e descritiva. Para que a pesquisa fosse alcançada foi utilizado o método bibliográfico através de livros, artigos, revistas, monografias entre outros. Quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativa por meio do método dedutivo. Para a coleta de dados foi realizada pesquisa nos bancos de dados eletrônicos dos Tribunais de Justiça acerca das jurisprudências aplicadas nos casos de responsabilidade civil do profissional contábil. Foram analisadas decisões jurisprudenciais entre os anos de 2010 a 2016, onde os resultados demonstraram que a aplicação da responsabilidade civil ao profissional contábil em âmbito jurídico desdobrou-se na sua maioria em ações que visaram o ressarcimento material e moral dos seus clientes. No entanto somente um dos Tribunais estudados reconheceu o dano moral, porém concordam quando se trata de dano material, legitimando os clientes que sofreram sanções em decorrência dos atos destes profissionais.

**Palavras Chave:** Profissional Contábil. Responsabilidade Civil. Dano. Código Civil.

### 1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade é um atributo da pessoa humana de responder perante seus atos em relação ao dano causado a outra pessoa, por condutas de ação ou omissão. Tal responsabilidade norteia a humanidade em suas relações interpessoais desde o início da civilização ou, mais especificamente, quando esta civilização propusera Leis e Normas as quais regravam a vida em seu cotidiano. Diante do progresso da civilização nas relações econômicas e sociais, a responsabilidade veio a se tornar algo primordial a fim de regulamentar tais relações. Portanto para Diniz (2010) nos primórdios da civilização o instituto responsabilidade não se apresentava da forma atual, não havia meios para imputar a outrem a culpa por algo que fora feito, entretanto o que havia era denominado como vingança privada, onde a Pena de Talião “olho por olho, dente por dente” imperava.

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da professora Ma. Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian.

Destarte, as Normas e Leis vieram a tutelar a responsabilidade do indivíduo contrapondo-se a vingança pessoal, desse modo os indivíduos passaram a responder pelos seus atos através da responsabilidade em âmbito civil ou penal, a depender do ato e regra estabelecida. Para Pinto (2016) a reponsabilidade civil está ligada a conduta que cause danos à outras pessoas. Igualmente, Tartuce (2017) denota que a responsabilidade civil surge devido ao descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra pré-estabelecida ou quando determinada pessoa deixar de cumprir um preceito normativo.

Tal reponsabilidade civil, inclusive será aplicada a todos os profissionais, deste exposto o profissional contábil possui suas responsabilidades ancoradas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), que definiu as reponsabilidades do profissional contábil, sendo que o mesmo responderá solidariamente com as sociedades empresariais, empresários e pessoas físicas, desse modo a reponsabilidade civil contém os tipos e sanções que o profissional contábil estará sujeito quando transgredir a legislação vigente, englobando as sanções referentes a erro técnico decorrente de incapacidade, incompetência ou inabilidade (VARGAS, 2012).

Desta maneira a pesquisa tem como objetivo principal analisar a aplicação do instituto da responsabilidade civil do profissional contábil no exercício de sua profissão de acordo com o Código Civil, no que tange a aplicação jurisprudencial dos Tribunais em relação aos danos que o profissional contábil causar e conseqüentemente como os Tribunais reconhecem esse dano.

No tocante à metodologia da pesquisa, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, com o objetivo de descrever como está sendo aplicada a responsabilidade civil do profissional contábil em âmbito jurídico. Para que a pesquisa fosse alcançada, foi utilizado o método bibliográfico através de livros, artigos, revistas, monografias, entre outros. Quanto à abordagem caracteriza-se como qualitativa por meio do método dedutivo.

Para a coleta de dados foi realizada pesquisa nos bancos de dados eletrônico dos Tribunais de Justiça acerca das jurisprudências aplicadas nos casos de responsabilidade civil do profissional contábil, verificando como ocorre essa aplicação no caso concreto. Foram analisadas decisões jurisprudenciais entre os anos de 2010 a 2016, totalizando nove julgados dos Tribunais de Justiça dos Estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rondônia.

Para Filho e Lima (2010) a metodologia utilizada na análise jurisprudencial consiste em coletar decisões de um ou diversos decisores sobre um determinado problema jurídico, objetivando identificar um momento decisório.



Justifica-se, portanto este estudo pois visa demonstrar a responsabilidade civil a que está sujeito o profissional contábil quando este causar algum tipo de dano. Nota-se que o Código Civil estabelece em seus artigos 186, 187 e 927, que todo aquele que causar dano a outrem será obrigado a repará-lo, sendo que através da responsabilidade civil garante-se a possível restituição ou ressarcimento pelo ato praticado.

Dessa forma indaga-se: Como está sendo aplicada a responsabilidade civil do profissional contábil pelos tribunais no caso de dano causado ao cliente no exercício de sua função?

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste item apresenta-se a fundamentação teórica que subsidiará o alcance dos objetivos propostos, assim buscou-se abordar os temas acerca da contabilidade e o profissional contábil bem como o instituto da responsabilidade civil aplicada a este.

### **2.1 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE**

A contabilidade surgiu a partir da necessidade de controle patrimonial, pois o ser humano sentiu a necessidade de mensurar, avaliar e controlar seu patrimônio, assim a contabilidade evoluiu desde os primórdios da sociedade auxiliando o ser humano no seu desenvolvimento de controle e mensuração patrimonial.

Segundo Sá (2006) o nascimento da contabilidade ocorreu nas civilizações antigas, sendo que há registros que datam a mais de 6.000 anos onde o comércio era intenso e havia uma necessidade de controle nas operações comerciais, igualmente no Egito antigo o papiro deu origem a registros em livros contábeis. Desse modo muitas civilizações antigas são responsáveis pelo nascimento da contabilidade, pois essa ferramenta se faz necessária para as relações dos mesmos.

Assim sendo, a contabilidade tem sua origem da necessidade de controle, pois cada vez mais o ser humano aumentava seus bens e negócios, desta forma quanto mais seu patrimônio aumentava surgia uma maior necessidade de controle do mesmo, desse modo para Marion (2009) a contabilidade é o instrumento que fornece informações para a tomada de decisão, pois utiliza dados que podem ser mensurados em forma de relatórios para a tomada de decisão em relação ao futuro.

Da mesma forma Ribeiro (2010, p.2) apresenta a contabilidade como sendo a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica. Conceito oficial formulado no Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilistas, realizado no Rio de Janeiro, de 17 a 27 de agosto de 1924.

Desta forma a contabilidade evoluiu desde os primórdios se aprimorando conforme a necessidade que se instalara em diversas épocas, possibilitando aos seus usuários informações uteis para o controle de seus bens.

Desse modo Ribeiro (2010) denota que através da contabilidade é possível controlar o patrimônio, sendo a contabilidade uma ciência com técnicas que permitem que seus usuários controlem seu patrimônio de forma eficaz. Assim o objetivo da contabilidade é consentir o estudo e controle das variações patrimoniais fornecendo informações para as entidades.

Para Capella (2010) sem o controle da contabilidade não se pode tomar decisões, pois a contabilidade tem papel relevante nas organizações, fornecendo informações para a administração quanto ao planejamento e tomada de decisão. Todas as informações geradas resultaram no ambiente interno comprovando que sem o controle contábil a organização não poderá tomar decisões sobre marketing, investimento, financiamento, produção, pois na tomada de decisão não haverá embasamento confiável consequentemente prejudicará todo o funcionamento patrimonial expondo a organização a danos ou perdas.

### **2.1.1 Contabilidade no Brasil**

A contabilidade se desenvolveu no Brasil durante um extenso período, assim para Leite (2005) o desenvolvimento da contabilidade no Brasil só ocorreu após a criação da escola voltada para os estudos do comercio em 1759 em Lisboa refletindo-se posteriormente no Brasil, assim em 1809 D. Joao VI criou no País a “Aula do Comércio da Corte”, no entanto o Brasil ainda estava voltado para o setor primário, a evolução contábil só ocorreu após o País iniciar seu processo de industrialização passando a necessitar das técnicas de informações contábeis.

Desse modo Costa (2009) apresenta a contabilidade no Brasil enfatizando os fatos históricos mais relevantes.

ANO	FATOS
1808	Com a vinda da família real, Dom João VI obrigou a adoção do método das partidas dobradas pelos Contadores.
1830 a 1840	O Contador Alves Branco organiza a contabilidade pública com base no método das partidas dobradas. Percebe-se uma contabilidade incipiente no Brasil, principalmente no setor público.
1850	Surge o Código Comercial Brasileiro, que passou a obrigar que todo comerciante fizesse a escrituração e manutenção de determinados livros.
1863	O Instituto Comercial do Rio de Janeiro, criado em 1856, passa a oferecer a disciplina Escrituração Mercantil, a fim de preparar os comerciantes para a prática do registro contábil.
1890	A escola politécnica do Rio de Janeiro passa a oferecer a disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade. Essa tendência de associar a contabilidade ao direito durou bastante tempo.
1902	Surge a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, como Escola Prática do Comércio, a primeira escola de contabilidade no Brasil.
1905	O Decreto Federal n.1339 reconhece os diplomas da Escola Prática de Comércio e divide os cursos em dois: um geral e outro superior.
1931	O Decreto n. 20.158 institui o curso técnico de contabilidade com duração de dois anos para formar guarda-livros e três anos para formar peritos contadores.
1943	O curso técnico se transforma na categoria de médio, garantido o título de técnico em contabilidade.
1945	Cria-se o curso de Ciências Contábeis e Atuariais pelo Decreto-Lei n.7988.
1946	Surge o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de contabilidade pelo Decreto n.9295.
1951	É desmembrado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, ficando independente o curso de ciências contábeis, dando aos concluintes o título de bacharel em contabilidade.
1964	Inicia-se a fase com adoção do método didático norte americano, esta fase foi liderada pelo professor José da Costa Boucinhas.
1992	Fixam-se os conteúdos mínimos pela Resolução n.03, que estabeleceu normas para a elaboração dos cursos de contabilidade.
2004	Instituem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.

**Figura 01 - Evolução da contabilidade no Brasil**  
**Fonte:** Elaborado pela Autora com base em Costa (2009)

## 2.2 PROFISSIONAL CONTÁBIL

Segundo Marion (2009) define-se técnico em contabilidade a pessoa que cursou contabilidade em nível técnico (médio), para se tornar bacharel em contabilidade é necessário ter curso de nível superior (3º grau). As duas modalidades profissionais podem ser chamadas de contabilistas e ambos podem legalmente serem responsáveis pela contabilidade das empresas, no entanto algumas atividades somente o bacharel em contabilidade poderá exercer.

Para Sá (2000, p. 130) a profissão contábil:

Consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de base de instrumentação histórica da vida da riqueza.

Desse modo a Lei nº. 9.295/46, especificamente em seus artigos 25 e 26, apresenta as atribuições profissionais do Contabilista:

Artigo 25 - São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) Organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) Escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) Perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistências aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Art. 26. Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.

Tendo em vista que a contabilidade tem papel relevante na sociedade, o profissional contábil poderá exercer diversos papéis dentro das ramificações que a contabilidade poderá proporcionar, segundo Marion (2007 p.33):

Um profissional da área contábil é um agente de mudanças e como tal esse profissional deve mostrar suas diversas habilidades. O contador é o anjo da guarda de uma empresa, tornando-se seu profundo conhecedor, podendo, dessa forma, atuar em sua continuidade e crescimento.

O profissional contábil poderá atuar em diversas áreas, conforme Iudícibus e Marion (2008).

ÁREAS	ATUAÇÃO
<b>Auditoria</b>	Este profissional poderá ser Auditor Independente sendo o profissional que não é empregado da empresa em que está realizando a auditoria ou poderá ser Auditor Interno profissional empregado preocupado com o controle interno da empresa.
<b>Analista Financeiro</b>	Analisa a situação econômico-financeira da empresa por meio de relatórios fornecidos pela organização.
<b>Perito Contábil</b>	Havendo perícia judicial, o Contador fará uma verificação nos registros contábeis e em outros aspectos sendo assim sua designação.
<b>Consultor Contábil</b>	Poderá ser de cunho financeiro e contábil, entretanto há também a consultoria fiscal, processamento de dados e comércio exterior.

Continua...

Continuação.

<b>Professor de Contabilidade</b>	<b>Poderá exercer o nível técnico ou superior, tendo pós-graduação atuará em cursos de contabilidade, administração e economia.</b>
<b>Pesquisador Contábil</b>	Caso optarem pela carreira universitária poderá desenvolver pesquisas científicas na área contábil.
<b>Cargos Públicos</b>	Os concursos públicos poderão ser na esfera Municipal, Estadual e Federal.
<b>Cargos Administrativos</b>	Poderá exercer cargos de assessoria, postos de chefia, gerência e diretoria, também poderão ser executivos empresariais.

**Figura 02 - Contabilidade como Profissão****Fonte:** Elaborado pela Autora com base em Iudícibus e Marion (2008)

Portanto possui o profissional contábil ramificações de atuação das mais variadas, sendo, pois, desta forma necessária a conduta ética e moral para o desenvolvimento da profissão contábil, assim tem se a ética aplicada ao profissional contábil, regulamentada através de código próprio com normas específicas para o mesmo.

### 2.2.1 Ética Aplicada ao Profissional Contábil

Considerando-se que o profissional contábil exerce atividades relevantes nas organizações, seu trabalho deverá ser pautado dentro das normas éticas. Desse modo Lisboa (1997 p.30) define “a ética como expressão única do pensamento correto, conduz à ideia da universalidade moral, ou ainda, a forma ideal universal do comportamento humano, expressa em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio”.

Assim todo profissional deverá respeitar os preceitos éticos e seguir seu código profissional, agindo de acordo com princípios e normas para que seus atos sejam íntegros.

Sendo a ética primordial para os profissionais em âmbito geral, para o profissional contábil em específico criou-se um código próprio denominado como (CPEC) Código de Ética Profissional do Contador mediante a resolução nº/803 de 10 de outubro de 1996. Assim de acordo com Art. 2º do Código de Ética são deveres do profissional da contabilidade:

- I – Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- II – Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

- IV – Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;
- V – Inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
- VI – Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;
- VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;
- VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;
- IX – Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.
- X – Cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC;
- XI – comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional.
- XII – auxiliar a fiscalização do exercício profissional.

Desta forma Lisboa (1997) assevera que o código além de servir como guia da ação moral, poderá possibilitar que a profissão de Contador declare seu propósito de: cumprir as regras da sociedade; servir com lealdade e diligência; respeitar a si mesma.

Ainda para Lisboa (1997 p.61) o código de ética profissional do contador contém os princípios éticos aplicáveis a sua profissão, sendo:

- a) Responsabilidade, perante a sociedade, de atuar com esmero e qualidade, adotando critério livre e imparcial;
- b) Lealdade, perante o contratante de seus serviços, guardando sigilo profissional e recusando tarefas que contrariem a moral;
- c) Responsabilidade para com os deveres da profissão mesma (aprimoramento técnico, inscrição nos órgãos de classe etc.);
- d) Preservação da imagem profissional, mantendo-se atualizado em relação as novas técnicas de trabalho, adotando, igualmente, as mais altas normas profissionais de conduta. O contador deve contribuir para o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos próprios da profissão. O respeito aos colegas deve ser sempre observado.

Cabe ao profissional contábil respeitar seu Código de Ética, exercendo sua profissão de forma íntegra, seguindo o que está estabelecido nas normas, corroborando para o desenvolvimento econômico e financeiro de seus clientes, pois no caso de dano estará sujeito às regras aplicadas a responsabilidade civil ou penal, a depender do ato praticado.

### 3.3 RESPONSABILIDADE CIVIL

#### 3.3.1. Histórico

A responsabilidade civil surgiu a partir da necessidade do reconhecimento e ressarcimento do dano causado por um terceiro a outrem, assim Diniz (2010) assevera que no início da civilização o instituto responsabilidade não se apresentava da forma atual, não havia meios para imputar a outrem a culpa por algo que fora feito, entretanto o que havia era denominado como vingança privada, onde a Pena de Talião “olho por olho, dente por dente” imperava.

Para Nader (2016) a vingança pessoal e a Pena de Talião integraram a fase da justiça privada, mas foi na Lei das XII Tábuas que nascia o embrião da responsabilidade civil, no entanto a Lex Aquilia formou o esboço dos primeiros princípios orientadores da responsabilidade extracontratual. Da mesma forma Venosa (2007) enfatiza que a Lex Aquilia é o divisor de águas da responsabilidade civil, pois através do sistema romano de responsabilidade pode-se extrair o princípio de punição independentemente de relação obrigacional preexistente, assim origina-se a responsabilidade extracontratual fundada na culpa, desse modo a Lex Aquilia possibilitou que houvesse a reparação do dano causado a terceiros. Entretanto foi através do Direito Francês que as ideias romanas acerca da responsabilidade civil foram aperfeiçoadas, possibilitando que os danos causados pudessem ser reconhecidos.

#### 3.3.2 Conceito

De acordo com Gagliano e Filho (2017) a palavra responsabilidade tem sua origem no verbo Respondere, sendo a obrigação imputada a alguém visando reparar o dano causado por fato próprio, imposição legal ou pelas consequências jurídicas de sua atividade, portanto para o Direito a responsabilidade é uma obrigação derivada de um dever jurídico sucessivo que assume as consequências que podem variar podendo ser a reparação de um dano ou a punição do agente causador (GAGLIANO; FILHO, 2012).

Ainda Gagliano e Filho (2017) estabelecem a distinção entre a responsabilidade civil e criminal demonstrando que através da responsabilidade civil haverá a reparação do dano causado pelo agente sendo ele patrimonial ou moral, no entanto na responsabilidade penal o agente causador do ato sofrerá as sanções de cunho penal podendo sofrer as penas (privativa de liberdade, restritiva de direito ou pecuniária), cabe ressaltar que o Código Civil em seu

artigo 935 estabelece que “ a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no júízo criminal”.

Portanto Gonçalves (2012) caracteriza a responsabilidade civil como um dever jurídico sucessivo que irá recompor o dano causado decorrente da violação de um dever jurídico originário. Assim, quando o agente incorrer neste ato e causar prejuízo sofrerá as sanções cabíveis.

Da mesma forma para Pinto (2016) a reponsabilidade civil está ligada a conduta que cause danos às outras pessoas, igualmente Tartuce (2017) denota que a responsabilidade civil surge devido ao descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra pré-estabelecida ou quando determinada pessoa deixar de cumprir um preceito normativo.

Desta forma Coelho (2012) afirma que a responsabilidade civil será a obrigação em que o sujeito ativo poderá exigir o pagamento de indenização do sujeito passivo, caso tenha sofrido prejuízo decorrente dos atos do mesmo. Assim, a responsabilidade civil está relacionada com as obrigações que um indivíduo possui, pois, seus fundamentos básicos estão relacionados com a culpa e o risco que advém de decisões que foram tomadas. A culpa poderá ocorrer por imprudência, negligência e imperícia, ou o risco por algo que foi assumido no momento da ação ou omissão. Sendo assim, as regras contidas nos artigos 186, 187 e 927, do Código Civil, estabelecem os requisitos necessários para a existência da responsabilidade civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

[...]

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A responsabilidade civil se faz necessária para garantir que todo direito lesado seja reparado, e todo ato seja amparado por normas que possam subsidiar a relação entre indivíduos ou negócios dos mesmos. Portanto Sarlet (2006, p. 183) conceitua, “a função originária e primordial da reponsabilidade civil, portanto, é a reparatória (de danos materiais) ou compensatória (de danos extrapatrimoniais)”.



### 3.3.3 Elementos

De acordo com Diniz (2010) para analisar a responsabilidade civil é necessário conhecer seus elementos, pois são norteadores basilares que embasaram a responsabilidade civil quando ocorrerem fatos que possam caracterizá-la. A responsabilidade civil possuiu quatro elementos sendo: Conduta humana, Culpa, Nexo de causalidade e Dano.

#### 3.3.3.1 Conduta Humana

De acordo com Tartuce (2017) a conduta humana pode ser causada por uma ação (conduta positiva) ou omissão (conduta negativa), podendo ser voluntária, ou por negligência, imprudência ou imperícia.

Para Nader (2016) a conduta antijurídica do agente pode se manifestar por ação ou omissão que, violando a lei ou cláusula contratual, provocando dano material ou moral a outrem.

No entanto para Filho e Gagliano (2016) a ação ou (omissão) humana voluntária é elemento essencial para a configuração da responsabilidade civil, sendo que a conduta humana, positiva ou negativa (omissão) guiada pela vontade humana poderá causar dano ou prejuízo, desse modo o fator principal da noção da conduta humana é a voluntariedade que resultará nas escolhas do agente imputável, com discernimento suficiente para ter consciência de seus atos.

#### 3.3.3.2 Culpa

Para Tartuce (2017) no caso de responsabilidade com ou sem culpa, leva-se em conta a culpa em sentido amplo ou a culpa em sentido genérico (*Lato Sensu*), que engloba o dolo e a culpa estrita (*Stricto Sensu*), sendo o dolo violação intencional para prejudicar a outrem.

Entretanto Nader (2016) acrescenta que a culpa é o elemento subjetivo da conduta, compreensivo tanto da culpa *Stricto Sensu* quanto da ação ou omissão dolosa, pois na responsabilidade civil a conduta é dolosa ou voluntária, quando o ato é praticado visando causar o dano, assim para caracterizar o ato ilícito é necessário o elemento culpa sendo que em sentido amplo (*Lato Sensu*) esta compreende o dolo (intenção voluntaria), entretanto em sentido (*Stricto Sensu*) ou seja sentido estrito compreenderá a imprudência, negligência ou imperícia.

Da mesma forma para Pinto (2016) caso a culpa seja *Lato Sensu* irá abranger o dolo, que poderá ser direto, necessário ou eventual, mas no caso de culpa *Stricto Sensu* poderá ser

contratual, extracontratual contendo norteadores que a caracterizaram, logo a culpa pode ser presumida ou concorrente, sendo, pois, modalidades da culpa.

#### 3.3.3.3 Nexo de Causalidade

Para Nader (2016) se faz necessário o nexo entre causa e efeito, no entanto é essencial a caracterização da responsabilidade, ou seja, a conduta deve ser a causa da lesão sofrida pela vítima, assim para imputar a responsabilidade a alguém é primordial que haja o nexo de causalidade ligando a conduta do agente ao dano sofrido pela vítima.

Tartuce (2017) assevera que, o nexo de causalidade constitui o elemento imaterial ou virtual da reponsabilidade civil, pois constitui-se a relação de causa e efeito entre conduta culposa, risco criado e dano suportado por alguém, assim quando ocorrer a conduta haverá o nexo de causalidade e consequentemente o dano. Igualmente Pinto (2016) demonstra que o nexo de causalidade é a relação de causa e efeito entre a conduta do agente e o dano, sendo que o Código Civil adotou a teoria da causalidade adequada, pois a causa será antecedente à produção do resultado.

#### 3.3.3.4 Dano

Gagliano e Filho (2017) asseguram indispensável a existência de dano ou prejuízo para configurar a responsabilidade civil.

Da mesma forma Tartuce (2017) demonstra que para haver pagamento de indenização, além das provas necessárias de culpa ou dolo na conduta é relevante comprovar o dano patrimonial e extrapatrimonial suportado por alguém, pois de acordo com o art. 373 do CPC/2015, em regra não há responsabilidade civil sem danos, cabendo o ônus de sua prova ao autor da demanda.

Entretanto para Nader (2016) o dano pode ser moral ou material, mas independentemente de sua mensuração, se faz necessário conceituar o ato ilícito, pois no caso de indenização será apenas o dano contrário a lei.

Ainda Gonçalves (2012) assegura que o campo dos danos possui duas categorias; os danos patrimoniais (materiais) e os danos extrapatrimoniais (morais), sendo que o dano material afeta somente o patrimônio do lesado, porém o dano moral afeta a integridade do lesado como ser humano abalando sua imagem e honra.

### 3.3.4 Espécies

É possível classificar a responsabilidade civil em responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva.

#### 3.3.4.1 Responsabilidade Contratual e Extracontratual

Para Gonçalves (2016) a responsabilidade contratual ocorre quando uma pessoa causar dano a outrem por descumprir obrigação contratual, no entanto quando a responsabilidade não derivar de um contrato, mas de infração ao dever da conduta (dever legal), será extracontratual. Desse modo o Código Civil em seus artigos 186, 187 e 927 apresenta os conceitos estabelecidos.

Segundo Nader (2016) o conceito de ato ilícito é primordial para a teoria da responsabilidade extracontratual, pois se funda no ato ilícito e visa a indenização, mas a espécie extracontratual não decorre de contrato entre as partes, mas da prática do ato ilícito, entretanto a responsabilidade contratual ocorre quando a obrigação estabelecida por meio de contrato não for cumprida.

Desse modo Gagliano e Filho (2012) assegura, no caso de haver prejuízo decorrente de violação de uma norma legal, por ato ilícito, configurará a responsabilidade extracontratual. Assim a responsabilidade contratual decorre da violação de uma norma contratual anteriormente fixada pelas partes.

#### 3.3.4.2 Responsabilidade Subjetiva e Objetiva

Tartuce (2017) demonstra que a responsabilidade civil subjetiva se baseia na teoria da culpa, para que o agente indenize a vítima e responda civilmente se faz necessário comprovar a culpa que inclui o dolo e a culpa decorrente de imprudência, negligência e imperícia. No entanto a responsabilidade civil objetiva independe de culpa, pois se baseia na teoria do risco, ou seja, quando houver dano deverá ser reparado independentemente de culpa.

Da mesma forma Gonçalves (2016) apresenta a responsabilidade civil subjetiva baseada na teoria da culpa, sendo que a culpa é pressuposto necessário para fundamentar a responsabilidade civil subjetiva. Entretanto a responsabilidade civil objetiva se baseia na teoria do risco, sendo que a lei impõe que em determinadas situações deve se reparar o dano causado a outrem, não se faz necessário a prova da culpa do agente que esteja obrigado a reparar o dano.

Igualmente Mello (2017) denota que a responsabilidade civil subjetiva é aquela que pressupõe a existência de culpa, ou seja, a culpa se faz necessária para caracterizar a responsabilidade subjetiva. Desse modo a responsabilidade objetiva não necessita do elemento culpa, pois esta espécie está fundamentada na teoria do risco onde o agente que cometer o ato ilícito deverá ser responsabilizado pelo dano causado.

### 3.4 RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Após a modificação do Código Civil através da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, pode-se definir as novas responsabilidades do profissional contábil, sendo que o mesmo responderá solidariamente com as sociedades empresárias e empresários, desse modo a responsabilidade civil contém os riscos e sanções que o profissional contábil estará sujeito quando transgredir a legislação vigente, englobando as sanções referentes a erro técnico decorrente de incapacidade, incompetência ou inabilidade. Desta forma antes de aceitar determinado trabalho o profissional deverá certificar-se de que possui capacidade técnica para exercê-lo (VARGAS, 2012).

Assim sendo o Código de Ética do profissional contábil apresenta a conduta para o mesmo em seu artigo 2º dos deveres do profissional contábil:

Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

Diante do que fora exposto em relação ao profissional contábil, sua responsabilidade perante terceiros, o Código Civil apresenta as obrigações imputadas aos profissionais contábeis no exercício profissional, demonstrando o profissional contábil como preposto responsável pela contabilidade das sociedades empresárias ou dos empresários:

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.

Assim Dorneles e Barichello (2004) demonstram que para o Código Civil o profissional contábil é considerado como preposto de seus clientes, sendo responsável perante os preponentes pelos atos culposos que praticar no exercício profissional, ainda responderá perante terceiros solidariamente com o preponente pelos atos dolosos que praticar. Desse modo o preposto poderá ser um auxiliar direto, empregado ou subordinado, ou ainda pessoa que receba ordens de outrem, entretanto o preponente pode ser o indivíduo denominado como patrão, empregador ou titular do negócio. Igualmente o Código Civil disciplinou a responsabilidade em atos culposos ou dolosos dependendo da forma que o ato seja praticado:

- atos culposos: ocorrerão por imprudência, negligência ou imperícia, pois quando o profissional os praticar por descuido ou aplicação indevida da lei consequentemente prejudicando terceiros, neste caso o profissional contábil responderá perante o titular da organização, sócios, diretores, administradores e estes responderão perante terceiros pelos danos;
- atos dolosos: ocorrem quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco, ou seja, praticados dolosamente, diante disso o profissional contábil responderá solidariamente com o preponente (sócios, diretores, administradores), caso ocorra um processo judicial serão tão responsáveis quanto o titular da empresa podendo inclusive o seu patrimônio ser utilizado para quitar dívidas decorrentes dos atos praticados.

Para Cortez e Lonardoní (2006) o profissional contábil organiza e executa serviços de contabilidade em geral, mas também realiza perícias e etc., empregando sua capacidade técnica realizando operações para seus clientes, desse modo caso o profissional contábil cause prejuízo ao cliente ou a terceiro por culpa ou dolo estará sujeito a regra da responsabilidade civil consequentemente deverá ressarcir os danos decorrentes de sua conduta. Em relação ao ponto de vista legal o Código Civil denotou acerca da atuação do profissional contábil estabelecendo regras para a conduta e atuação do mesmo.

### 3.4 ATUAÇÃO CONSELHO FEDERAL/REGIONAL DE CONTABILIDADE

O Conselho Federal de Contabilidade foi criado a partir do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, e suas posteriores alterações, tendo por objetivo fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil, conforme seu Art. 2º “A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em

contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade”.

O Art. 6º estabelece as atribuições do Conselho Federal de Contabilidade:

- a) organizar o seu Regimento Interno;
- b) aprovar os Regimentos Interno organizados pelos Conselhos Regionais modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais;
- e) publicar o relatório anual de seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.
- f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Para Santos e Becegato (2017) o Conselho Federal de Contabilidade regulará sobre Normas Brasileiras de Contabilidade e princípios contábeis, pois são diretrizes basilares para a atuação do profissional contábil, estas normas divididas portanto em: Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais (NBCP) que regulamentam as formas de atuação e Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica (NBCT) que regem a forma técnica de aplicação dos conhecimentos contábeis para a elaboração das demonstrações contábeis.

Da mesma forma o Art. 10 da referida Lei apresenta as atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17.
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
- f) representar ao Conselho Federal de Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea "b", deste artigo;
- g) admitir a colaboração das entidades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores.

De acordo com Castro (2009) os Conselhos Regionais de Contabilidade têm por objetivos proteger os interesses dos Contabilistas e preservar seu mercado de trabalho, por outro lado deverão proteger os direitos da sociedade (usuários da contabilidade), citando as

empresas privadas, órgãos públicos e etc, tendo em vista que estes necessitam de profissionais competentes para alcançar seu objetivo fim. Como metas os Conselhos Regionais propõem-se a executar programas de educação continuada (palestras, seminários, cursos) garantindo ao profissional contábil a preservação da capacidade técnica e atualização profissional. Cabe ainda aos Conselhos Regionais de Contabilidade atuar no exercício profissional, orientando, disciplinando e fiscalizando a profissão contábil, nos atos de registro profissional, cadastramento das organizações contábeis, autorizando inscrições, alterações, baixas e cancelamento dos registros, a fim de impedir o exercício ilegal da profissão. (CASTRO, 2009).

Ainda o Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, estabelece em seus Art. 27 ao Art.35 as penalidades aplicadas ao profissional contábil, sendo estas em sua maioria administrativas, imputando ao mesmo, multas pecuniárias, suspensões com prazos definidos e cassação do registro profissional nos casos de infrações de natureza grave quando comprovadas.

Diante do que fora exposto no que tange às funções estabelecidas pela Lei ao Conselho Federal e Conselho Regional de Contabilidade, nota-se que a atribuição principal destes está pautada na esfera administrativa. Desta forma, tais Conselhos não possuem prerrogativas para julgar ações de mérito jurídico e que o desdobramento pela via judicial se configura como forma de dirimir os litígios estabelecidos entre profissionais contábeis e pessoas físicas ou jurídicas. Assim, os Conselhos não poderão emitir parecer em âmbito judicial, cabendo, portanto, ao Poder Judiciário julgar processos para estabelecer a culpabilidade através do “transitado em julgado” conforme a Lei nº 12.376, 2010, art.6º “§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso”.

### 3.5 TUTELA JURISDICIONAL

De acordo com Moraes e Streck (2014) o Estado de Direito surge quando o Estado, nas suas relações com os indivíduos, submete-se estes a um regime de Direito. Assim, a atividade estatal apenas pode desenvolver-se utilizando um instrumental regulado (Normas) quando autorizado pela ordem jurídica, pois os cidadãos possuem mecanismos jurídicos para proteger-se de uma ação abusiva do Estado.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 2 prevê: “são poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, cabendo ao Legislativo: legislar e fiscalizar, ao Executivo: administrar e ao Judiciário: julgar. Ainda o

texto constitucional traz em seu “Art. 5 Inciso XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Sendo, portanto, função do Poder Judiciário garantir os direitos individuais, coletivos e sociais resolvendo os conflitos entre cidadãos, entidades e Estado, administrando a justiça na sociedade mediante o cumprimento das normas, leis judiciais e constitucionais (TJRO 2018).

Para Bochenek (2011), os Tribunais exercem relevante função para a sociedade, não atuando somente na resolução de litígios, mas exercendo funções diversas de acordo com o país, época, cultura, características da sociedade e dos Estados. Entretanto, Donato (2006) caracteriza o Poder Judiciário como uma estrutura hierarquizada consistindo na forma de organização humana baseada na racionalidade para garantir a máxima eficiência se adequando aos meios para alcançar seu objetivo fim.

De acordo com Neves (2016, p.80) “a jurisdição pode ser entendida como a atuação estatal visando à aplicação do direito objetivo ao caso concreto, resolvendo-se com definitividade uma situação de crise jurídica e gerando com tal solução a pacificação social”. Desta forma o sistema judiciário brasileiro adota o sistema da unicidade de jurisdição, ou seja, apenas o Poder Judiciário tem jurisdição para exprimir em caráter definitivo o direito a ser aplicado nos casos trazidos a sua apreciação. Desse modo o Estado exerce seu poder através do Poder Judiciário, por meio de sua Competência, ou seja, cada órgão do judiciário terá uma parcela de jurisdição, sendo, pois, a divisão de trabalho, para que cada órgão possa decidir sobre determinada matéria. A estrutura do Poder Judiciário está baseada na hierarquia dos órgãos que o compõe, formado por instâncias, sendo a 1º instância, órgão que irá primeiramente analisar e julgar a ação apresentada, cabendo às demais instâncias julgar decisões proferidas por instância inferior sempre por meio de órgãos colegiados (grupo de juízes). Devido ao princípio do duplo grau de jurisdição as decisões proferidas em 1º instância poderão ser submetidas a instância superior, neste caso ao Supremo Tribunal Federal conforme a competência originária. (TJ DFT, 2018)

Para Filho (2002) a Justiça estadual tem sua competência determinada por exclusão, ou seja, o que não for da competência da Justiça Federal ou especial caberá aos órgãos jurisdicionais estaduais nas áreas civil, penal dentre outras. Desse modo o Art. 42 do Código de Processo civil estabelece “as causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”. Assim o Brasil possui duas espécies de foro; o comum ou geral e o especial. O foro comum ou geral é determinado por exclusão, normalmente pelo domicílio do réu, e o foro especial está submetido a critérios como matéria, pessoa e local. Portanto as ações de direito



privado propostas em desfavor ao profissional contábil serão estabelecidas conforme o artigo 53 Incisos III, IV, V do Código de Processo Civil, cabendo ao foro *ratione loci*, ou seja, o local onde a obrigação deverá ser satisfeita, podendo ser o local do próprio ato ilícito, no caso de reparação de dano ou do domicílio do réu ou do próprio autor, sendo assim as ações de reparação de danos em geral como as demandas de responsabilidade civil serão propostas no local em que ocorrerem o ato ou fato que causar dano.

#### 4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Neste tópico serão analisadas nove jurisprudências dos Tribunais dos Estados do Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rondônia que tratam acerca da responsabilidade civil do profissional contábil no caso de dano causado ao cliente no exercício de suas funções.

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em 2010, julgou a Apelação Cível nº 01133553720078220007 da Primeira Câmara Cível, neste caso o Desembargador Moreira Chagas não deu provimento ao recurso pois a parte autora não comprovou a culpabilidade da Contadora, assim não há o que se falar em reparação por dano material ou moral:

APELAÇÃO CÍVEL. Responsabilidade civil. Profissional liberal. Subjetividade. Ônus probatório. Ausência de prova da culpa. Improcedência do pedido. A responsabilização do profissional liberal por defeito na prestação do serviço implica comprovação de culpa. Art. 14, § 4º, do CDC. São pressupostos da responsabilidade subjetiva a comprovação da ocorrência do dano, a culpa ou dolo do agente e o nexo de causalidade entre o agir do réu e o prejuízo. Não demonstrada a conduta culposa do demandado, inviável se falar em obrigação reparatória. (TJ-RO - APL: 01133553720078220007 RO, Relator: Desembargador Moreira Chagas, Data de Julgamento: 11/05/2010, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 17/05/2010.)

O Tribunal de Justiça do Estado Rondônia, em 2011, deliberou acerca da Apelação Cível nº 00881402520088220007 da Segunda Câmara Cível, nesta conjuntura tem-se recurso provido pois o Desembargador Alexandre Miguel reconheceu o dano material e moral, a requerente comprovou a conduta ilícita da Contadora que deixou de cumprir obrigação acessória na data aprazada, cabe ressaltar que a parte autora sofreu multa junto ao Fisco em decorrência do descumprimento de tal obrigação. Em relação ao dano moral, a requerente comprovou constrangimentos de ordem pessoal e comercial sofridos devido a ré deixar de cumprir suas obrigações na condição de Contadora da empresa individual, caracterizando desta forma abalo à sua imagem e honra:

APELAÇÃO CÍVEL. Indenização por danos materiais e morais. Documentos novos. Desnecessidade. Não conhecimento. Prestação de serviços contábeis. Responsabilidade. Declaração de rendas. Ausência de entrega. Multa gerada. Prejuízos materiais configurado. Dano moral. Empresa individual. Pessoa física. Inexistência de pessoa jurídica. Efeitos fiscais. Abalo moral configurado. Deixa-se de conhecer de documentos novos apresentados, em razão de nada interferir ou influenciar no julgamento do presente processo. Mostra-se devida a responsabilidade da ré em indenizar a autora pelos prejuízos materiais e morais sofridos, em razão de sua conduta ilícita ao deixar de cumprir com a sua obrigação na condição de contadora da empresa individual, por não entregar a Declaração de Débitos e Créditos Tributário Federais perante o Fisco Federal na data aprazada. (TJ-RO - APL: 00881402520088220007 RO, Relator: Desembargador Alexandre Miguel, Data de Julgamento: 18/05/2011, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 25/05/2011.)

Ainda no ano de 2011 o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia julgou a Apelação Cível nº 00044869020108220001 da Primeira Câmara Cível, trata-se de indenização por dano material e moral em decorrência de falha na prestação de serviços de contabilidade, neste caso tem-se recurso não provido, ou seja, o Desembargador Sansão Saldanha não reconheceu dano material ou moral, pois o requerente não forneceu as informações devidas para que o Contador pudesse cumprir a obrigação acessória junto ao Fisco, desta forma a responsabilidade civil não foi configurada pois a autora da demanda não cumpriu suas obrigações:

APELAÇÃO CÍVEL. Indenização. Prestação de serviços contábeis. Requisitos da responsabilidade civil. Fornecimento de informações para a execução do serviço. Falha do serviço. Os serviços de contabilidade, tais como a escrituração nos livros, a organização e revisão permanente de suas contas, de modo a permitir o correto cumprimento das obrigações tributárias, não depende exclusivamente do contador. Para que sejam executadas tais atividades, o tomador do serviço deve prestar as informações necessárias quanto aos movimentos financeiros de entrada e saída da empresa, sob pena de excluir a responsabilidade civil do fornecedor do serviço. Para a configuração da responsabilidade civil, seja objetiva ou subjetiva, deve haver a comprovação da conduta lesiva omissiva ou comissiva, o dano e o nexo de causalidade, sendo que, no caso da responsabilidade subjetiva é necessária ainda a demonstração da culpa. Recurso não provido. (TJ-RO - APL: 00044869020108220001 RO, Relator: Desembargador Sansão Saldanha, Data de Julgamento: 22/11/2011, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 02/12/2011.)

Em 2012, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, se manifestou em julgamento de Apelação Cível nº 00007856220128110000785 da Primeira Câmara Cível, que a responsabilidade civil do Contador apenas se caracteriza mediante a presença do elemento culpa, para a sua verificação deve-se observar a conduta ilícita, a existência de um dano e a relação de causalidade entre a conduta e o dano.

No julgamento deste recurso de Apelação o Desembargador Marcos Machado atestou que a responsabilidade do Contador se limita às multas, juros e correções incidentes sobre a obrigação principal, pois o mesmo deixou de cumprir a obrigação acessória ao deixar de

informar o órgão competente (Fisco), assim causou prejuízo pecuniário ao seu cliente. Esta Apelação teve provimento parcial, sendo assegurado somente o dano material, pois para caracterizar o dano moral é necessário ferir a imagem e a honra do cliente, no entanto neste caso indefere-se o pedido de indenização por danos morais pois não há prova de que os fatos alegados tenham causado abalo na respeitabilidade da pessoa jurídica, senão vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR – ENTREGA EXTEMPORÂNEA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA – AFERIÇÃO DE CULPA - AUTO DE INFRAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE MULTA TRIBUTÁRIA – DANO MATERIAL – ENCARGOS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DANO MORAL – PESSOA JURÍDICA – HONRA OBJETIVA – REDISTRIBUIÇÃO DE SUCUMBÊNCIA – APLICAÇÃO DO ART. 21 DO CPC - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. A responsabilidade civil de profissionais liberais, entre os quais os contadores, é aferida mediante a presença do elemento culpa. Para a verificação da efetiva ocorrência de culpa, devem ser observados três requisitos, quais sejam: a conduta ilícita, a existência de um dano e a relação de causalidade entre a conduta e o dano. A responsabilidade do contador se limita às multas, juros e correção incidentes sobre a obrigação principal, decorrentes de sua conduta desidiosa no descumprimento da obrigação acessória. “A honra objetiva da pessoa jurídica diz respeito à imagem e ao prestígio perante seus clientes, fornecedores e terceiros. ” (TJSP, Apelação Cível nº 016809-82.2010.8.26.0562) sem a prova de que os fatos alegados tenham causado abalo na respeitabilidade da pessoa jurídica, é inadmissível acatar-se o pedido de indenização por danos morais (TJMG, Apelação Cível nº 1.0245.07.130159-3/001). “Na distribuição do ônus de sucumbência considera-se o número de pedidos formulados e o número de pedidos julgados procedentes ao final da demanda. ” (STJ, REsp nº 967.769) (Ap 785/2012, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 12/09/2012, publicado no DJE 25/09/2012) (TJ-MT - APL: 00007856220128110000 785/2012, Relator: DES. MARCOS MACHADO, Data de Julgamento: 12/09/2012, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/09/2012)

No ano de 2013 o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia dispôs acerca da Apelação Cível 02268089120088220001 da Primeira Câmara Cível, nesta apelação a requerente foi vítima de fraude, onde seu nome foi incluído indevidamente em quadro societário empresarial, no entanto o Desembargador Sansão Saldanha negou provimento ao recurso pois a empresa de serviços contábeis na época do ocorrido já havido rescindido seu contrato de prestação de serviços, assim não comprovou-se a responsabilidade civil da apelada ou os elementos que pudessem caracterizá-la:

APELAÇÃO CÍVEL. Ilegitimidade passiva. Empresa prestadora de serviços. Rescisão do contrato de prestação do serviço antes da prática de ato fraudulento lesivo. Responsabilidade civil. Danos morais. Embora devidamente comprovado nos autos que o apelante foi vítima de fraude, ao ter o seu nome incluído indevidamente no quadro societário de uma empresa, o ato da conduta não pode ser imputado à empresa prestadora de serviços contábeis, porquanto demonstrado que esta deixou de prestar serviços às vítimas muito antes dos acontecimentos. É evidente a ilegitimidade passiva da empresa prestadora de serviços contábeis.

Recurso não provido. (TJ-RO - APL: 02268089120088220001 RO, Relator: Desembargador Sansão Saldanha, Data de Julgamento: 05/11/2013, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: Processo publicado no Diário Oficial em 18/11/2013.)

Já o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em 2013, julgou Apelação Cível Nº 70046201687 da Décima Sexta Câmara Cível, com pedido de indenização por danos morais e materiais, visto que o Contador deixou de enviar declarações de contribuições e tributos ao Fisco em tempo hábil, neste caso ao deixar de enviar as declarações causou dano material por meio da multa sofrida pelo seu cliente, assim o Desembargador Ergio Roque Menine deu provimento parcial ao recurso não cabendo o dano moral que somente se caracteriza com ofensa a honra e imagem do cliente:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C PEDIDO DE DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTADOR. I. Inexistindo prova para eximir o contador de responsabilidade por ter enviado declarações de contribuições e tributos fiscais intempestivamente, deve restituir ao autor a multa sofrida em decorrência do ato. II. Para que o contador seja responsabilizado pelo não pagamento de PIS e COFINS, necessária a comprovação de que estes efetivamente estavam sob a sua incumbência. III. Quando o nome da empresa não está maculado somente por culpa de ato desidioso do contador, não há prejuízo efetivo a justificar reparação por dano moral. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70046201687, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ergio Roque Menine, Julgado em 28/02/2013) (TJ-RS - AC: 70046201687 RS, Relator: Ergio Roque Menine, Data de Julgamento: 28/02/2013, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/03/2013).

Da mesma forma, em outra demanda o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014, deliberou acerca da Apelação Cível Nº 70036920338 da Sexta Câmara Cível, relativa a ação de indenização por dano material e moral, a responsabilidade do Contador decorrente da falha na prestação de serviços, onde o Contador deixou de repassar ao Fisco valores referentes a débitos tributários. A requerente ajuizou ação com o objetivo de ressarcimento por dano material e moral, pois se tornou devedora junto ao órgão. Entretanto, o Desembargador Sylvio José Costa da Silva Tavares deu provimento parcial, pois para caracterizar a responsabilidade civil do Contador deve se comprovar que o mesmo agiu com dolo ou culpa, desse modo para o Desembargador não há que se falar em dano moral visto que a requerente não comprovou a violação de sua imagem ou honra mas somente o dano material sofrido com débitos junto ao Fisco, assim o provimento reconhece o dano material cabendo ao Contador o ressarcimento dos valores corrigidos monetariamente a parte autora, assim:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

CONTABILIDADE. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CULPA COMPROVADA. DANO MATERIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO NA ESFERA PENAL. PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE. Trata-se de examinar recurso de apelação interposto contra sentença de procedência de ação de indenização por danos material e moral decorrentes de falha na prestação de serviços de contabilidade que originou débito tributário em nome da demandante. Nos termos do artigo 14, §4º, do Código de Defesa do Consumidor a responsabilidade civil do profissional liberal quanto aos serviços que presta é subjetiva, dependendo da comprovação do dano, o nexo de causalidade entre a ação ou omissão, e, se o profissional liberal agiu com culpa. Portanto, para que reste caracterizada a responsabilidade civil do contador, cumpre à parte autora, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, a comprovação que o dano superveniente da prestação do serviço contábil decorre de dolo ou culpa do profissional. Conjunto probatório que tem o condão de comprovar a atuação culposa do contador que recebia do cliente os valores referentes à carga tributária devida e deixava de repassá-los ao fisco. Não há que se falar em violação do artigo 401 do Diploma processual, uma vez que o juízo não decorre exclusivamente da prova testemunhal, mas sim do contexto probatório como um todo a partir do início de prova documental trazida aos autos, aplicando-se ao caso o artigo 402, inciso I, do Código de Processo Civil. Descabe em grau recursal a discussão tardia acerca dos valores pagos ao escritório de contabilidade em evidente supressão de grau de jurisdição, impondo-se, portanto, o reconhecimento da inovação recursal quanto ao montante apontado como devido na inicial. Para que seja possível a reparação na esfera moral pelo fato apropriação indébita necessariamente o fato deveria ter sido levado a conhecimento da autoridade policial para a devida investigação e repercussão na esfera penal. Desinteressando-se a parte autora pela repercussão principal que se daria na esfera criminal, tenho que não se legitima a reparação pelo dano moral na esfera cível. Este Relator comunga do entendimento segundo o qual não existe dano moral por parte de pessoas jurídicas, pois a configuração do abalo moral passa pela ofensa à honra em seu plano subjetivo e objetivo. Não havendo possibilidade de ofensa na esfera subjetiva, afastado está o direito à indenização. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70036920338, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio José Costa da Silva Tavares, Julgado em 10/12/2014) data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/12/2014).

No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi interposta a Apelação Cível 00019677720108260019 da 17 Câmara de Direito Privado, que decidiu sobre a ação de indenização por danos moral e material, relativa a prestação de serviços contábeis, neste caso a Desembargadora Claudia Sarmento Monteleone não reconheceu a culpa e dolo do profissional contábil, além do mais cabe a parte autora a emissão e fornecimento dos dados ao Contador para que o mesmo possa informar os órgãos competentes cumprindo a obrigação acessória, tem-se aqui recurso não provido, ou seja, não cabe o ressarcimento por dano material ou moral pois comprovou-se que o Contador não possui a responsabilidade de emissão mas sim de informar mediante os documentos que a parte autora deixou de repassar ao mesmo, desse modo:

APELAÇÃO COM REVISÃO Indenização por danos morais e materiais prestação de serviços contábeis multa paga pelo prestador fornecimento errado de dados para base de cálculo de tributos emissão deficiente de notas fiscais obrigação inerente da empresa ausência de responsabilidade do prestador de serviços contábeis sentença

mantida recurso não provido. (APL 00019677720108260019 TJSP, 17ª Câmara de Direito Privado, Relatora: Claudia Sarmento Monteleone, Data do Julgamento 21/07/2015, Data da publicação: 21 de julho de 2015).

Por fim, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deliberou sobre a Apelação Cível Nº 70057392391, da Décima Sexta Câmara Cível, acerca do pedido de indenização por danos materiais e morais, nesta situação caracterizou-se o dano material, pois o Contador agiu com negligência ao deixar de cumprir a obrigação acessória, sendo sua a responsabilidade de informar ao Fisco, no entanto o mesmo não o fez e seu cliente foi inscrito em dívida ativa. Contudo o Desembargador Eduardo Kraemer deu provimento parcial, não reconhecendo o dano moral, porquanto somente a inscrição em dívida ativa não poderá caracterizá-lo, sua caracterização só ocorrerá quando o cliente sofrer abalo em sua imagem ou honra, vejamos:

APELAÇÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROFISSIONAL LIBERAL. CONTADOR. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE CULMINOU NA IMPOSIÇÃO DE MULTA PELO FISCO, ADVINDO DAÍ PREJUÍZO AO AUTOR. RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR. A obrigação assumida pelo contador, em regra, é de resultado, sendo a responsabilidade subjetiva, com culpa presumida. Ou seja, é do profissional o ônus da prova no sentido de que não agiu com culpa. Incidência do art. 14, § 4º, do CDC. DANOS MATERIAIS. DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO. Caso concreto em que houve evidente falha na prestação dos serviços contratados, tendo o réu agido com negligência ao deixar de proceder ao recolhimento das GIA s de ICMS, culminando com a inscrição de seu cliente em dívida ativa. A impossibilidade de enquadramento da empresa autora no Simples Nacional não desonera o contador, profissional habilitado, de informar a GIA mensal de ICMS. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. A inscrição da empresa em dívida ativa, por si só, não é passível de configurar dano moral. Os danos decorrentes desta inscrição já serão suportados pelo requerido a título de dano material. Necessária a demonstração de situação excepcional, apta a ensejar violação a atributo da personalidade. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DISTRIBUIÇÃO. MANUTENÇÃO. Caso concreto em que o pleito de condenação em danos morais restou desacolhido, revelando-se escorreta a distribuição da sucumbência por metade. Exegese do artigo 21... do CPC. Sentença de parcial procedência mantida. APELAÇÕES DESPROVIDAS. (Apelação Cível Nº 70057392391, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 23/06/2016). (TJ-RS - AC: 70057392391 RS, Relator: Eduardo Kraemer, Data de Julgamento: 23/06/2016, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/06/2016).

Diante da análise das jurisprudências, tem-se que a aplicação da responsabilidade civil do profissional contábil no caso de dano material está sendo aplicada conforme o que estabelece o Código Civil. Cabe ressaltar que a caracterização de dano moral ou material depende do ato praticado, sendo ele por dolo ou culpa, no caso do profissional contábil sua responsabilidade poderá ser subjetiva ou objetiva. Os julgados analisados em sua maioria são de ações referentes a atos que o profissional contábil deixou de praticar, algo que deveria

fazer, mas não o fez e conseqüentemente ocasionou prejuízos ao seu cliente. Desta forma os Tribunais em questão reconheceram em sua maioria o dano material imputando ao profissional contábil o pagamento pecuniário, entretanto somente o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia reconheceu o dano moral responsabilizando o profissional contábil pois este causou abalo na imagem e honra de seu cliente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista que o profissional contábil exerce papel relevante para a sociedade prestando serviços por meio de sua capacidade técnica, o mesmo possui responsabilidade pelos atos que praticar, em âmbito civil ou penal. A presente pesquisa demonstrou as sanções na esfera civil, a que está sujeito o profissional contábil nos casos de dano. Sabe-se que a responsabilidade civil consiste em que ninguém deverá prejudicar interesse ou direito de outrem, se o fizer deverá repará-lo por força de Lei.

Neste contexto foi realizada análise jurisprudencial sobre o tema, sendo que o problema de pesquisa foi respondido, pois os Tribunais em questão aplicaram as regras que o Código Civil estabelece principalmente em relação ao dano material, pois na maioria dos julgados analisados os Desembargadores ordenaram que o profissional contábil restituísse o dano pecuniário sofrido por seu cliente. Entretanto quatro dos julgados analisados, sendo três dos Tribunais do Estado de Rondônia e um do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Contador foi eximido de qualquer sanção pois comprovou-se que o mesmo não era culpado e nem responsável pelas ações de seu cliente. No que tange ao dano moral constatou-se que somente o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia reconheceu os elementos que pudessem caracterizá-lo, visto que a requerente comprovou que a conduta do Contador causou abalo a sua imagem e honra e conseqüentemente sofrera perdas.

Diante do estudo feito, observa-se que a aplicação da responsabilidade civil ao profissional contábil em âmbito jurídico desdobra-se em ações que visam o ressarcimento material e moral dos seus clientes. No entanto somente um dos Tribunais estudados reconheceu o dano moral, porém concordam quando se trata de dano material, legitimando os clientes que sofreram sanções em decorrência dos atos destes profissionais.

Assim, este estudo analisou uma amostra de nove julgados. Como já evidenciado, o problema apresentado foi respondido, no entanto tal discussão não foi esgotada, demandando ainda maiores estudos e novas pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

BOCHENEK, Antônio César. **A interação entre tribunais e democracia por meio do acesso aos direitos e à justiça**. 2011. Disponível em:

<<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21359/3/Intera%C3%A7%C3%A3o%20entre%20tribunais%20e%20democracia%20por%20meio.pdf>>. Acesso em 28 de março de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)>. Acesso em: 14 de out. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12376.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12376.htm#art2)>. Acesso em: 28 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 04 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC Nº 803, de outubro de 1996**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1996/000803](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803)>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

CAPELLA, Ana Carolina. **Responsabilidade Civil do Profissional Contábil**. 2010. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Ana%20Carolina%20Capella.pdf>> Acesso em: 02 de set. de 2017.

CASTRO, Gilson Luiz de. **Uma abordagem sobre a criação e função dos conselhos federal e regionais de contabilidade**. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2224/2/20174979.pdf>>. Acesso em 27 de março de 2018.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORTEZ, Maria Cristina de Oliveira; LONARDONI, Mário. A responsabilidade civil do contabilista: Aspectos legais dos atos e omissões praticados no exercício da profissão. **Enfoque: Reflexão Contábil**. v. 25, n. 1. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3514/3178>>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.



COSTA, Jose Manoel da. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Pearson Education, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso Direito Civil brasileiro**. Editora Saraiva, 2010.

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. **O poder judiciário no Brasil: estrutura, críticas e controle**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041679.pdf>. 2006. Acesso em 20 de março de 2018.

DORNELES, Joaquim Luiz Rodrigues; BARICHELO, Stefania Eugenia. A reponsabilidade civil do contabilista após o novo código civil brasileiro. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. v. 1, n. 1. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/32>>. Acesso em: 01 de dez. de 2017.

FILHO, Roberto Freitas; LIMA Thalita Moraes. **Metodologia de análise de decisões-MAD**. 2010. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/1206/1149>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FILHO, Sebastião de Oliveira Castro. **Breves considerações sobre a competência no Direito processual civil brasileiro**. 2002. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/753/Breves\\_%20Considera%C3%A7%C3%B5es\\_%20Sobre\\_%20a\\_%20Compet%C3%Aancia.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/753/Breves_%20Considera%C3%A7%C3%B5es_%20Sobre_%20a_%20Compet%C3%Aancia.pdf)>. Acesso em 16 de abril de 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.  
\_\_\_\_\_. **Direito Civil Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo curso de direito processual civil**. São Paulo. 2012. Editora Saraiva.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

MORAIS, José Luiz Bolzan de; STRECK, Luiz Lenio. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Porto Alegre, Editora: Livraria do Advogado. 2014.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forence, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Bahia. Editora: JusPodivm. 2016. 80 p.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. **Direito Civil Sistematizado**. Editora: JusPodivm, 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Breno dos; BECEGATO, Vitor Message. **Regulamentação das normas internacionais de contabilidade no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/6173/5876>>. Acesso em: 27 de março de 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **O novo Código Civil e a Constituição**. Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado, 2006.

TARTUCE, Flavio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL/ TJDF E ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO. 2018. Disponível em: <[https://www.tjdft.jus.br/funcionamento/enderecos-e-telefones/tjdft\\_estrutura.pdf/view](https://www.tjdft.jus.br/funcionamento/enderecos-e-telefones/tjdft_estrutura.pdf/view)>. Acesso em: 28 de março de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO. Apelação Cível nº 00007856220128110000 785/2012, Relator: DES. MARCOS MACHADO, Data do Julgamento: 12/09/2012. Disponível em: <<https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/334869984/apelacao-apl-7856220128110000-785-2012>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Apelação Cível nº 70036920338, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Relator: Sylvio José Costa da Silva Tavares, data do Julgamento: 10/12/2014. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/94688163/responsabilidade-civil-do-contador>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Apelação Cível nº 70046201687, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ergio Roque Menine, data do Julgamento: 28/02/2013. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112653604/apelacao-civel-ac-70046201687-rs>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Apelação Cível nº 70057392391, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Relator: Eduardo Kraemer, data do Julgamento: 23/06/2016. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/355268686/apelacao-civel-ac-70057392391-rs>>. Acesso em: 13 de março de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA/ ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. 2018. Disponível em: <<https://www.tjro.jus.br/resp-institucional/resp-conheca-pj>>. Acesso em: 28 de março de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. Apelação Cível nº 01133553720078220007, Tribunal de Justiça de RO, Relator: Relator: Moreira Chagas, data do Julgamento: 11/05/2010. Disponível em: <<https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/295242899/apelacao-apl-1133553720078220007-ro-0113355-3720078220007>>. Acesso: em 22 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Apelação Cível nº 00881402520088220007, Tribunal de Justiça de RO, Relator: Alexandre Miguel, data do Julgamento: 18/05/2011. Disponível em: <<https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/295503601/apelacao-apl-881402520088220007-ro-0088140-2520088220007/inteiro-teor-295503611>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Apelação Cível nº 00044869020108220001, Tribunal de Justiça de RO, Relator: Sansão Saldanha, data do Julgamento: 22/11/2011. Disponível em: <<https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/295530092/apelacao-apl-44869020108220001-ro-0004486-9020108220001/inteiro-teor-295530102>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Apelação Cível nº 02268089120088220001, Tribunal de Justiça de RO, Relator: Sansão Saldanha, data do Julgamento: 05/11/2013. Disponível em: <<https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/295385595/apelacao-apl-2268089120088220001-ro-0226808-9120088220001/inteiro-teor-295385605>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Apelação Cível nº 00019677720108260019, TJSP, Relatora: Claudia Sarmento Monteleone, data do Julgamento: 21/07/2015. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/211639584/apelacao-apl-19677720108260019-sp-0001967-7720108260019?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 21 de março de 2018.

VARGAS, Otavio Augusto Alves. **Ética contábil: os limites da responsabilidade do profissional contábil**. LUME: Repositório Digital. 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61947>>. Acesso em: 30 de nov. de 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**, São Paulo: Atlas, 2007.